



Movimento Estudantil no Brasil: a resistência às repressões durante a ditadura militar

Ana Kelly Cruz da Silva- UFMA

RESUMO

O Movimento Estudantil (ME) no Brasil e a sua atuação na ditadura gerou grandes impactos na sociedade e uma consciência política e de resistência às repressões. Este trabalho tem como objetivo compreender a atuação do movimento estudantil na democratização do Brasil. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa e a coleta de dados foi por meio de levantamento bibliográfico sobre o tema em plataformas como Scielo, Periódico Capes e Google Acadêmico. Ao fim da pesquisa foi possível notar a relevância do Movimento Estudantil no período da ditadura e como sofreu perseguições do governo.

Palavras-chave: Política; redemocratização; história; resistência; movimento estudantil.

Introdução

O Movimento Estudantil brasileiro foi uma das mais expressivas organizações políticas e sociais que desempenhou um papel importante em um momento histórico e obscuro do Brasil, onde a democracia deu lugar à ditadura. A trajetória do Movimento Estudantil traz sua luta pela democracia, liberdade, direitos, patrimônios nacionais, qualidade de ensino e justiça social.

Durante o período da ditadura (1964-1985) o Movimento Estudantil destacou-se pela resistência frente a repressão e autoritarismo, enfrentando perseguições, violência, prisões e diversas tentativas de silenciamento e extinção das entidades estudantis e suas manifestações. Devido a sua resistência durante o regime militar tem grande destaque na luta contra a ditadura e no cenário político com grandes manifestações como a Passeata dos Cem Mil, como destaca Grinberg (2018), entre outros.

Estudar a atuação do Movimento Estudantil é compreender a história no período ditatorial e seus impactos nas políticas e na sociedade, sendo uma temática de relevante importância para a análise do que se tem hoje como democracia e quais as lutas foram necessárias para chegar a isso.

A questão motivadora desta pesquisa é compreender a atuação do Movimento Estudantil em um período de falta de liberdade de expressão e autoritarismo e quais as manifestações e seus impactos nas políticas e na sociedade nesse espaço de tempo.



Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo compreender a atuação do movimento estudantil na democratização do Brasil.

Referencial Teórico

O período da ditadura no Brasil compreende os anos de 1964 à 1985 e foi caracterizado por uma forte repressão aos movimentos sociais e aos partidos políticos. O golpe de 1964 trouxe instabilidade na política com diversas cassações de mandatos e supressão de partido e políticas como Ato Institucional nº 2 (AI-2) que dissolveu diversos partidos, mudando o sistema político para um bipartidarismo com os partidos da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). De acordo com Grinberg (2018) essas políticas adotadas tinham como objetivo descaracterizar os partidos e ter mais controle sobre os mesmos.

Nesse período entram diversos movimentos sociais contrários ao golpe de 1964 em destaque o Movimento Estudantil (ME) que foi uma força contrária ao regime ditatorial imposto. O Movimento Estudantil sofreu diversas repressões, incluindo a falta de verba às entidades estudantis como retrata Santana (2007, p.48):

Como o movimento estudantil já havia assumido um posicionamento político contrário aqueles que tomaram o poder, passaram a sofrer muitos ataques após o golpe, configurando um período de relações conflituosas entre estudantes e governo. Até as verbas oficiais, aprovados pela Câmara dos Deputados, que as entidades estudantis recebiam antes do golpe, foram cortadas.

Nesse novo cenário político, o Movimento Estudantil torna-se um importante meio de oposição mediante as manifestações em âmbitos sociais e políticos que visavam a democracia, a liberdade e equidade ao acesso às universidades. O movimento também foi de suma importância na redemocratização do Brasil e nas “Diretas já” nos anos posteriores.

De acordo com Barros (2023) o Movimento Estudantil teve significativa participação nos processos políticos brasileiros em especial no período da ditadura, trazendo o povo para as ruas e sendo porta voz da sociedade em meio a tantas repressões.

É inegável a atuação dos estudantes frente a um período obscuro de falta de democracia e liberdade de expressão com tomadas violentas e tentativas de contenção desse movimento. O período da ditadura foi marcado intrinsecamente por violências, mortes, torturas e reformas que iam ao contrário da democracia e liberdade. Através da ação do Movimento Estudantil houve uma consciência política dos jovens e uma forte resistência a esse sistema político implantado.



Metodologia

A presente pesquisa foi realizada com abordagem qualitativa, onde foram analisados trabalhos sobre o movimento estudantil no Brasil e sua atuação no período da ditadura. A pesquisa qualitativa de acordo com Guerra et.al (2024) é uma abordagem que tem como foco a compreensão e interpretação dos fenômenos estudados e também a sua descrição.

O caráter da pesquisa é básico, visto que não tem como objetivo a aplicação prática imediata (Tumulero, 2019). É um trabalho que visa a ampliação do conhecimento acerca do tema abordado e uma análise dos efeitos na sociedade brasileira a partir do Movimento Estudantil.

O método de construção de dados utilizados foi a pesquisa bibliográfica que para Gil (2002, p. 44), é desenvolvida “[...]com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Para a construção desse trabalho foi utilizado artigos científicos e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) encontrados em plataformas digitais como *Scielo*, Periódico Capes e Google Acadêmico. As palavras chaves utilizadas para a pesquisa foram: movimento estudantil e impactos políticos, história do movimento estudantil, movimento estudantil na ditadura e sua atuação.

O recorte de tempo utilizado foi de 1970 à 2025, com publicações nacionais e no idioma português. O critério de inclusão dos artigos e TCC foi de trabalhos que abordassem diretamente o movimento estudantil no Brasil e que incluísse a atuação desse movimento no período da ditadura. Os trabalhos selecionados foram de Grinberg (2018), Santana (2007), Barros (2023), Lopes (2023), Santos (2009) e também foi utilizado como fonte de pesquisa o site da UNE.

Depois de selecionados os trabalhos foram feitos a leitura interpretativa, a síntese e os fichamentos dividindo os artigos em dois segmentos: história do movimento estudantil no Brasil e atuação desse movimento no período da ditadura.

História do Movimento Estudantil e seu principal representante: a União Nacional dos Estudantes (UNE)

O movimento estudantil surgiu nos anos de 1901 no Brasil com a criação da Federação dos Estudantes Brasileiros e em 1910 teve o 1º Congresso Nacional dos Estudantes que culminou no ano de 1937 na criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) que foi uma das



primeiras a sofrerem a repressão na ditadura, com o seu local de organização e arquivos queimados (Angotti, 2025).

O Movimento Estudantil tinha objetivos claros quanto a sua criação, lutavam por uma qualidade de ensino, patrimônio nacional e justiça social. Sua participação em políticas nacionais vai desde antes da ditadura e depois no processo de redemocratização do Brasil.

De acordo com Lopes (2023), os estudantes têm significativas reivindicações no cenário político brasileiro do século XX, por exemplo, no período da Segunda Guerra Mundial opuseram-se ao nazi-fascismo pressionando o presidente Getúlio Vargas a posicionar-se. Em 1942, o Brasil entrou oficialmente na guerra contra o eixo Alemanha, Itália e Japão e o Movimento Estudantil nesse mesmo ano entrou em confronto com grupos fascistas no Brasil.

Na década de 50 organizou campanhas nacionais contra a exploração do petróleo nacional por países estrangeiros e aderiu à campanha “O petróleo é Nosso” que resultou na criação da Petrobrás em 1953 (Lopes, 2025).

Movimento Estudantil na ditadura

Em 1 de abril de 1964 o Brasil sofreu um golpe civil-militar que trouxe várias mudanças ao sistema político, que inicialmente era apenas transitório e tornou-se uma ditadura que durou 20 anos. Esse período foi marcado por repressões, silenciamento, desaparecimentos, prisões, cassações de mandatos, torturas e muitas mortes.

O que inicialmente apresentou-se como “revolucionário” mudou o panorama político e social do Brasil com censuras à liberdade de expressão, esse modelo foi questionado por diversos movimentos sociais, dentre eles o ME.

A atuação do ME foi bastante relevante como força opositora por intermédio de protestos e até mesmo a inclusão de alguns participantes em Guerrilhas contra o Regime Militar, e isso fez com que os estudantes fossem um dos segmentos da sociedade que mais sofreram perseguições.

Barros (2023, p. 61):

O Brasil vai passar por um período de muitos atritos entre a sociedade civil contra a Ditadura Militar a favor da democracia e da liberdade de expressão que aos poucos vão sendo banidas da sociedade por meio dos AIs, deixando o “povo” alheio às questões políticas, econômicas e sociais, causando muito descontentamento, e é nessa nova conjuntura política que entra em cena um dos setores da sociedade mais perseguidos durante o Regime Militar: os estudantes, pois estes lutaram contra o novo



modelo de governo adotado pelos militares, transformando os grandes centros urbanos em verdadeiros palcos de luta entre estudantes e as forças de repressão.

Uma das formas de tentativa de controle dos estudantes foi a criação da Lei Suplicy, nº 4.464 de 1964 que subordina as entidades estudantis ao controle do Estado e extinguiu a UNE que era uma das entidades de maior representação do Movimento Estudantil, obrigando-os a agir na ilegalidade. Apesar dessa lei, o movimento estudantil continuou com seus protestos e em oposição a essa lei criou o Dia Nacional de Repúdio a Lei Suplicy, em 9 de novembro.

Em 1966 a UNE declara no mês de setembro o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura e organizou passeatas em vários estados do Brasil, sendo gravemente reprimido e resultando em prisões e no “Massacre da Praia Vermelha” onde diversos estudantes ficaram presos na Faculdade de Medicina sendo agredidos, isso fez com houvesse uma certa diminuição dos protestos(Santos, 2009).

Em 1968 ocorreram diversas manifestações até então sem maiores incidentes, só que tudo mudou no dia 28 de março com a morte de um estudante por policiais. A morte causou comoção em toda a população no Rio de Janeiro e o Movimento Estudantil ganhou apoio de diversos setores da sociedade na luta contra a ditadura.

Ainda em 1968 no dia 21 de junho aconteceu mais um protesto marcado por extrema violência que ficou conhecido como “Sexta-feira Sangrenta”, onde quatro estudantes foram mortos e 20 ficaram feridos, como relata Barros (2023). Em junho do mesmo ano acontece a Passeata do Cem Mil que envolve diversos setores da sociedade como estudantes, artistas, intelectuais e a população em geral, como descreve Santos (2009).

Na década de 1970 o Movimento Estudantil começa a reorganizar-se e a UNE foi refundada em um congresso em Salvador, deixando assim de agir na ilegalidade. A refundação da UNE foi uma grande conquista do movimento e a representação de um novo tempo rumo à democracia.

Já na década de 1980, o declínio do Regime Militar está em maior evidência e começa o período de redemocratização do Brasil. O Movimento Estudantil volta ao cenário político com o movimento “Diretas Já” até chegarmos na constituição de 1988 que foi um marco da democracia brasileira.

Considerações Finais

Conforme a pesquisa é possível notar a importância do Movimento Estudantil no período da ditadura e como foi uma força opositora em todo o período do Regime Militar,



levando outros segmentos da sociedade às ruas e criando movimentos que combatiam e repudiavam o sistema político, social e econômico que foi imposto aos brasileiros.

A força do Movimento Estudantil foi de suma importância para a redemocratização, pois apesar da repressão e da violência sofrida não deixaram de atuar e transformaram a Universidade em um espaço de resistência e formação crítica.

Por fim, o Movimento Estudantil foi um significativo pilar na resistência política e símbolo de luta e coragem contra a ditadura, mesmo atuando na clandestinidade, influenciou diversos setores da sociedade e reuniu-os para juntos lutarem contra à ditadura e para reconstruírem a democracia e a liberdade.

Referências

Angotti, Arielly Nogueira; Souza, Herbert Glauco de. A resistência do Movimento Estudantil: um momento político e de formação humana. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 14, e052892, p. 1-19, 2024. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2024.52892>. Acesso em: 20 de out.2025.

Barros, Clara Madalena Xavier. Movimento Estudantil nos idos de 1964-1968. 2009. Monografia (Graduação em História) Centro de Ensino de Arcoverde, Arcoverde, 2009. Disponível em:<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/725266/2/EBOOK%20CLARA%20-%20MOVIMENTO%20ESTUDANTIL%20FINAL.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2025.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002. Disponível em: Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 19 de out.2025.

Guerra, Avaetê de Lunetta e Rodrigues; Stroparo, Telma Regina; Costa, Michel da.; Castro Júnior, Francisco Pires de; Lacerda Júnior, Orivaldo da Silva; Brasil, Melca Moura; Camba, Marilangela. Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. **Revista de Gestão e Secretariado**, Paraná. [S.I], v.15, n.7, p. 01-15, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4019>. Acesso em: 19 de outubro de 2025.

Grinberg, Lucia; Ribeiro, Vanderlei Vazelesk. História dos movimentos sociais no Brasil: volume único. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2018. 276 p. ISBN 978-85-458-0131-3.

Lopes, Bruna Ferreira. Luta e resistência: As universidades e o movimento estudantil durante as décadas de 1960 e 1970. **Revista Histórias Públicas**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 145–168, 2023. DOI: 10.36704/rhp.v1i2.6943. Disponível em: <https://revista.uemg.br/historiaspublicas/article/view/6943>. Acesso em: 20 out. 2025.



Santana, Flávia de Angelis. Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984. 2007. Dissertação (Pós-graduação em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: file:///C:/Users/ediel/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/DISSERTACAO_FLAVIA_ANGELIS_SANTANA. Acesso em 20 de out.2025.

Santos, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. **Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política**, Marília, v. 3, n. 5, p. 101–115, dez. 2009. ISSN 1982-8004. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2009.v3n1.1224>. Acesso em: 25 out. 2025.

União Nacional dos Estudantes. **Memória – História**. Disponível em: <https://www.une.org.br/memoria/historia/>. Acesso em: 9 nov. 2025.